

CONTROLE OPERÁRIO SOBRE O ENSINO



LISTA D

LISTA EFECTIVA

Direcção Geral:

A. Rodrigues
M. Silva
D. Lima
R. Castro
C. Sousa
C. Ventura
H. Rodrigues

Mesa da Assembleia Geral:

J. A. Meneses
A. Gonçalves
A. Martins
A. Ventura

Conselho Fiscal:

M. de Sá
V. Fernandes
A. Lemos

LISTA SUBSTITUTA

Direcção Geral:

J. Mendes
F. da Silva
C. Rodrigues
A. Antunes
R. Rodrigues
A. Sousa
A. da Silva

Mesa da Assembleia:

A. Macedo
J. Alberto
M. Neves
A. Gouveia

Conselho Fiscal:

A. Manuel
H. Pinto
W. da Silva

O SENTIDO DA NOSSA PARTICIPAÇÃO

Através do processo que culminou na expulsão da ex-Direcção Geral reformista, o M.E. realizou para nós na prática um corte radical com as teorias sindicalistas e ou associativistas.

De facto a expulsão da ex D. G. representa um corte radical com os princípios do próprio movimento associativo. A representatividade e democraticidade isoladas dos processos reais da luta estudantil não passam de impecilhos à luta, à radicalização e à auto-organização democrática do M. E..

Nós dizemos que as estruturas representativas e democráticas do M. E. são aquelas que a cada momento e em cada luta concreta, as massas estu dantis criam.

A argumentação dos reformistas no sentido de que o facto de terem sido eleitos democraticamente e com um programa escolhido pelos estu dentes, os tornava representantes desses estudantes, caiu pela base.

Com a sua expulsão ficou claro que tanto a representatividade como a democraticidade só se podem entender desde que referidas às lutas estu dentas definidas nas amplas assembleias de massas.

Outros princípios, como por exemplo, o do apartidarismo não passam de meros processos de ocultação ideológica utilizados por linhas estu dentas partidariamente definidas. As assembleias magnas e a discussão democrática demonstraram abertamente a natureza de tais "princípios".

Ao longo de toda a sua trajectória, a luta estudantil demonstrou na prática que só politicamente se podem tratar e resolver os problemas.

Por outro lado o processo de expulsão dos reformistas representou para nós um passo no sentido da tomada de consciência de que o associativismo tem de estar subordinado à luta política do M. E.. Isto quer dizer que a existência da AAC só pode ter sentido se toda a sua estrutura estiver totalmente subordinada às nossas lutas.

O M. E. não pode delegar a sua representatividade numa qualquer estu direcção-geral da AAC. Somente estruturas eleitas em amplas assembleias e reconhecidas por essas mesmas assembleias podem representar o M. E. em estu

da luta concreta. Essas estruturas ou comissões eleitas em assembleias só terão como tarefas cumprir as decisões definidas nessas assembleias e mais nada. Com essas tarefas cumpridas essas estruturas são imediatamente e automaticamente dissolvidas.

É no sentido de esclarecer as propostas que vamos fazer para a gerência da AAC que participaremos na "campanha eleitoral". Estamos convencidos que ao longo dos debates que levaremos a cabo a grande maioria dos estudantes poderá compreender melhor o que as nossas propostas significam. Assim, a votação na nossa lista mais não representa do que o voto nas nossas propostas. No caso de sermos eleitos tal representará, para nós, a confirmação de que o M.E. está disposto a subordinar à sua acção o Associativismo. Tal significará também que temos a representatividade suficiente para por em prática o que defendemos. Nesse sentido a nossa eleição corresponderá à nossa dissolução enquanto lista. Imediatamente após a nossa eleição entabularemos os necessários contactos com os grupos políticos actuando no seio do M.E. para a constituição da Comissão Estudantil para a gestão da AAC.

Queremos no entanto esclarecer que todas as consequências dessas propostas só poderão ser esclarecidas pelos documentos que publicaremos durante a campanha quer como aditamentos quer como textos de apoio a este "programa".

Remetemos pois para os documentos a sair em breve todos os estudantes interessados nas nossas propostas. Sem a leitura atenta desses textos é impossível a compreensão clara do que se propõe. Lê, portanto, os nossos textos de apoio e aditamentos.

As A.A.E.E. têm feito parte integrante do Movimento político estudantil e poderão vir a desempenhar ainda algum papel.

Até hoje, as teorias, Associativo-Sindicalistas sempre confundiram propositadamente as A.A.E.E. com um pretenso sindicato estudantil. Teorizando o impossível, quer dizer, teorizando que o M.E. poderia ser organizado em moldes sindicalistas assentes sobre os "interesses" dos estudantes e coroando essa organização sindical com a estrutura associativa como tiam pois um duplo erro: o de pretenderem organizar, sindicalmente por analogia com os sindicatos operários o M.E. que sempre lutou e sempre lutará por objectivos políticos, e ainda o de fazerem coincidir esse movimento com o movimento associativo.

Esta análise propositada pretendeu e pretende que o M.E. seja parte integrante do M.A. quando é o inverso que sempre aconteceu e acontecerá.

Isto significa que o M.E., movimento político de massas tem subordinado à sua acção o M.A. e portanto toda a estrutura Associativa.

É nesse sentido que os pretendidos princípios do M.A., aneligioidade, apoliticidade (agora chamando-lhe apartidarismo), etc.. Têm que ser definidos não em absoluto, mas sim de harmonia com todas as tarefas que a cada momento o M.E. realizar.

Por outro lado o M.E. é a resultante do paralelograma de forças partidárias politicamente determinadas e que actuando ao nível de amplas assembleias de massas aí expõem as suas propostas políticas, visando conquistar as amplas massas de estudantes para as posições e objectivos dessas mesmas tendências. Isto sempre assim foi e assim será.

Propõe-se

Eleição de uma comissão estudantil para a A.A.C. sem base programática e constituída paritariamente por representantes dos grupos políticos ou organizações estudantis reclamando-se do combate da classe operária pelo socialismo, bem como por representantes estudantis dos movimentos de libertação que garanta o seguinte:

- a) Que quaisquer decisões tomadas democraticamente em Assem-

bleias serão cumpridas em princípio pelas próprias estruturas nascidas da discussão e da luta, por comissões, nessas Assembleias eleitas para levarem essas tarefas definidas a cabo e segundo objectivos precisados.

b) Que dentro deste ponto de vista, quaisquer comissões saídas de Assembleias ou reuniões amplamente convocadas e abertas, quaisquer comités de solidariedade formados nessas reuniões e que se liguem com objectivos inseridos com todos os aspectos da luta proletária de classe, têm a garantia absoluta e total da utilização das instalações Associativas, rádio, máquinas, etc... para o seu funcionamento.

c) Que qualquer ramificação estudantil de uma organização política partidária ou seus simpatizantes organizados em estruturas próprias, têm o pleno direito à utilização do Gil Vicente ou doutra instalação qualquer, para a efectivação de comícios ou debates.

Que esta garantia seja dada única e exclusivamente às tendências políticas que se reclamam do marxismo, do combate da classe operária, bem como aos movimentos de libertação.

d) Qualquer grupo juvenil estudantil, de uma qualquer organização da burguesia não tem acesso à utilização de instalações ou material associativo para os efeitos já atrás definidos.

2 - A Comissão Estudantil para a A.A.C. terá também as funções de tipo "legal" impostas pela "legalidade" do poder burguês existente.

3 - Desta maneira toda a estrutura burocrática da actual A.A.C. ficará reduzida às funções técnico-financeiras sendo o funcionamento da AAC totalmente decidido e empreendido pelas massas estudantis através da subordinação da AAC aos objectivos do movimento político estudantil no combate contra a Escola capitalista, pelo Socialismo.

A POLÍCIA

AS LUTAS OPERÁRIAS



APOIEMOS

AS LUTAS OPERÁRIAS

